

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O XXI Governo da República Portuguesa, e em particular o Ministério do Planeamento e Infraestruturas, tem pautado a sua ação pela promoção de intervenções estratégicas de especial relevo, bem como pela fiscalização atenta e preventiva das vias de transportes por si tuteladas. Neste sentido, a Infraestruturas de Portugal, fundada a 1 junho de 2015, resultante da fusão das Estradas de Portugal com a REFER, tem assumido um papel, preponderante, na execução de novas empreitadas de implementação e manutenção das vias tendentes ao transporte seguro e eficaz de pessoas e bens.

O diálogo e a confiança entre o Governo, as entidades descentralizadas do Estado e o Poder Local constituem para os deputados do PS, eleitos pelo Círculo Eleitoral de Setúbal, um bem inaliável. Pugnamos por um Estado inteiro na sua ação e confiante nos seus diferentes níveis de intervenção.

Neste sentido, o concelho de Santiago do Cacém, no Distrito de Setúbal, subdividido em 8 freguesias, inserido na região do Alentejo e sub-região do Alentejo Litoral, assumindo o estatuto de sede de um dos maiores municípios de Portugal, com mais de 1000 km<sup>2</sup> de área e 29 749 habitantes, não é exceção.

Nos últimos dias, voltámos a ser lembrados da responsabilidade, direta e indireta, dos titulares de cargos públicos, bem como da necessidade de prevenir para não remediar. Este é, aliás, um imperativo constante da nossa ação.

Face ao exposto, cabe-nos – em particular - analisar a situação do viaduto do IC33, em Santiago do Cacém, bem como os potenciais perigos que o mesmo possa constituir para a circulação automóvel, nomeadamente, na Estrada Municipal 548, entretanto interrompida.

Constatando, com responsabilidade, que tudo está a ser feito no sentido de avaliar e monitorizar a ala do muro do viaduto que ameaça ruir, o agravamento das condições meteorológicas, bem como a consequente interrupção da via, suscita da nossa parte a maior preocupação.

Face ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais vêm os signatários, através de V. Exa, perguntar ao Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas:

1. Qual a evolução do diálogo entre a IP e a autarquia de Santiago do Cacém, tendo em vista a resolução desta problemática?
2. Encontra-se prevista alguma intervenção no sentido de aliviar a pressão no tardo do muro ala, onde foi constatada a existência de uma fragilidade na ligação deste com a sapata de fundação?
3. Não tendo a IP capacidade de atuar nesta via por administração direta, no respeito pela legislação em vigor, qual o prazo previsto, pelas diversas entidades envolvidas, para o início das necessárias intervenções?

Com os melhores cumprimentos.

Palácio de São Bento, 24 de novembro de 2018

Deputado(a)s

ANDRÉ PINOTES BATISTA(PS)

ANA CATARINA MENDONÇA MENDES(PS)

EURÍDICE PEREIRA(PS)

PAULO TRIGO PEREIRA(PS)

CATARINA MARCELINO(PS)

IVAN GONÇALVES(PS)

SOFIA ARAÚJO(PS)